

Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)

VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política

Pontificia Universidad Católica del Perú

Ejes temáticos
Política comparada

“De partido de esquerda a partido de governo”: uma releitura do comportamento do PT em seus acordos locais com o PMDB

Humberto Dantas – humbertodm@insper.edu.br

Matheus Santa Lucci - matheusbsls@al.insper.edu.br

Lima, 22 al 24 de julio de 2015

“De partido de esquerda a partido de governo”: uma releitura do comportamento do PT em seus acordos locais com o PMDB

Humberto Dantas¹

Matheus Santa Lucci²

Resumo:

Desde que chegou ao poder federal, estudos sugerem que o Partido dos Trabalhadores (PT) deixou de ser uma legenda “de esquerda”, ou se afastou deste ideal, para se transformar em “partido de governo”. Nesse caso, teria atraído legendas de outros posicionamentos ideológicos para aumentar suas chances de governar o país. O movimento, no entanto, não ocorre apenas no plano federal e tampouco se resume ao PT.

No Brasil, quando um partido chega ao poder central ele aumenta seu número de diretórios municipais. Foi assim com o PSDB em 1996 após a vitória de Fernando Henrique Cardoso em 1994, e com o PT em 2004, com a vitória de Lula em 2002. O partido se espraiou pelo país. E com base nisso: seu padrão de acordos para a disputa de prefeituras teria mudado? Estudos buscam responder essa questão e o intuito desse trabalho é contribuir com tal debate. Para tanto, toma como objeto central as alianças entre PT e PMDB (o partido mais presente nas cidades brasileiras) em quatro eleições municipais (de 2000 a 2012). O objetivo é perceber se os Trabalhadores mudaram o padrão de suas coligações para a disputa de prefeituras após chegada à presidência e se os novos diretórios, formados após a vitória de Lula, representam um “novo PT” que age de forma diferente daquele partido mais ideológico de outrora. Para chegar às conclusões, utilizam-se modelos econométricos descritos ao longo do trabalho. Será possível notar que o PT altera seu padrão de coligações, a começar pelas cidades em que são inaugurados diretórios após a chegada de Lula ao poder, fenômeno que finda se espalhando por onde se supõe que o partido era consistente ideologicamente, ou seja, onde existia antes de 2003.

1. Introdução

O título acima reproduz, em parte, o que Luís Felipe Miguel e Carlos Machado buscaram compreender em capítulo de livro sobre coligações partidárias lançado em 2010, pela Fundação Konrad Adenauer. As aspas no título estão associadas à reprodução literal de fragmento do que foi apresentado pelos autores. Na obra, o objetivo de ambos é compreender se os padrões de alianças estabelecidos pelo PT em pleitos locais mudaram depois de a chegada da legenda ao poder federal. A conclusão é de que sim: o PT teria deixado de ser um “partido de esquerda” para se tornar um “partido de governo” –no artigo os autores explicam as diferenças.

Nesse sentido, a questão central desse trabalho é entender se tal decisão, ou tal comportamento, ocorre: a) por alteração nas estratégias do partido ou; b) por questões associadas ao aumento no número de filiados da legenda que chegou ao Planalto – o que também pode ser considerada uma mudança estratégica. Dantas (2013) mostra que o PSDB, por exemplo, depois que chegou ao poder aumentou de forma significativa seu número de prefeitos eleitos, comparando brevemente as eleições de 1992, quando o presidente ainda era Itamar Franco (PMDB), com as disputas de 1996, já com a nação sob o comando de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O argumento central é simples: depois de empossado no

¹ Doutor em Ciência Política pela USP e professor do Insper e da FESP-SP. Email: humbertodm@insper.edu.br

² Economista formado pelo Insper e mestrando em Economia pela PUC-RJ. Email: matheusbsls@al.insper.edu.br

Executivo nacional um partido atrai mais o interesse de grupos políticos espalhados em cidades pelo país, pois concentra recursos públicos necessários à sobrevivência municipal – e isso eleva de forma mais rápida seu grau de espraiamento pelo território e, conseqüentemente, sua força (Dantas, 2007).

Alinhado aos argumentos de Miguel e Machado (2010), esse artigo parte da ideia apontada pelos autores e busca compreender em que medida o PT promove essa alteração com base em alianças especificamente estabelecidas com o PMDB – utilizado aqui como símbolo maior de uma lógica governista. Parceiro dos tucanos ao longo de parte expressiva dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, por exemplo, estava com José Serra (PSDB) na chapa que disputou a presidência e perdeu para Luís Inácio Lula da Silva (PT). Em 2010 e 2014 compôs a aliança de Dilma Rousseff (PT) com o vice Michel Temer (PMDB), e ao longo dos mandatos de Lula amparou fortemente os interesses do Poder Executivo no Congresso Nacional. Este mesmo PMDB, no entanto, governou o país entre 1985 e 1989, e foi bastante hostilizado e criticado pelo PT. Entre 1992 e 1994 chegou novamente ao comando por meio da infidelidade partidária de Itamar Franco e teve os trabalhadores como oposição. Luíza Erundina, ex-prefeita de São Paulo eleita pelo PT, inclusive, precisou deixar a legenda quando aceitou convite de Franco para ser ministra. Assim, quais os padrões de coligação entre PT e PMDB antes e depois de o primeiro chegar à presidência? Com base nas conclusões de Miguel e Machado (2010) o presente estudo analisará as eleições de 2000 a 2012 – infelizmente não há dados de alianças para todos os municípios brasileiros para os pleitos de 1996 e 1992. Partimos da hipótese central de que houve alteração no padrão de acordos, e buscaremos apresentar variáveis que, segundo o método selecionado, justificam com maior força tais argumentos.

2. A lógica dos argumentos – a força de PT e PMDB

Diante do exposto parece interessante compreender melhor a importância do PMDB para servir de base para o que seria um teste de comportamento do PT antes e depois de sua chegada ao poder. O antigo MDB, enquanto organização partidária, é um dos principais agentes no sistema político nacional e suas origens se dão no período do regime militar brasileiro, mais especificamente quando as forças políticas foram compelidas a se reorganizarem devido ao Ato Institucional nº 2, de 1965. Naquele momento, extinguiram-se os treze partidos existentes no Brasil. No plano federal, os opositores se reuniram no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966. Como consequência para os municípios, os grupos locais foram obrigados a uma adequação a esse bipartidarismo “forçado” e “artificial” (Kinzo, 1988).

O PMDB que se tem hoje surgiu em 15 de janeiro de 1980 após a nova Lei dos Partidos Políticos ter resgatado o pluripartidarismo. Sob tal regramento, os militares procuravam enfraquecer o MDB, obrigando a renomeação de todas as agremiações e exigindo de delas um designativo “partido” no início do seu nome. Ao longo dos últimos vinte anos, esse PMDB não consegue transformar sua força local, acumulada no plano federal, em algo que possa ser convertido em candidatura presidencial própria (ver razões em Maciel, 2014). Entretanto, sabe-se que em eleições passadas o partido ofertou seu apoio tanto ao PSDB quanto ao PT, partidos que se revezam entre o primeiro e o segundo lugar nas eleições presidenciais desde 1994 até 2014.

No plano nacional, assim, tornou-se símbolo do governismo e da lógica do presidencialismo de coalizão. De acordo com Maciel (2014): a centralidade (ideológica) e o peso (medido pelas relevantes bancadas eleitas ao Congresso Nacional) “tornam o PMDB um parceiro ideal nas coalizões de governo (...) ele não apresenta preferências políticas definidas, o que facilita a barganha política, além de ter grande representação no Congresso,

possibilitando a formação de maiorias para a aprovação da agenda legislativa do governo”. Segundo Couto, Abrucio e Teixeira (2014) o PMDB deixa de ser protagonista, e se torna agente da governabilidade: “parceiro cortejado e, ao mesmo tempo, caprichoso. Sabedor de sua importância, exige sempre mais atenção e deferência, encarecendo a parceria e tornando constantemente tenso o relacionamento”. No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, segundo Nicolau (2000), o percentual da bancada do PMDB que acompanhou a indicação do líder do governo foi de 63%. Já de acordo com Couto et. al. (2014) no primeiro mandato de Lula essa adesão atingiria 85%, subindo para 91% no segundo governo e mantendo-se elevada em parte do primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT).

Para além do plano federal, o PMDB é o partido que nas eleições municipais a serem utilizadas nesse trabalho – 2000 a 2012 – mais disputou prefeituras em cada um desses anos (com candidatos próprios ou ofertando apoio formal a outras) e mais venceu eleições, superando mil eleitos em todos esses anos. Assim, como se dão as relações entre PT e PMDB nas cidades? Seria possível supor que tal relação é alterada após a chegada de Lula ao poder? Há diferenças expressivas entre as cidades em que o PT já estava e aquelas nas quais apareceu (passou a disputar eleição e contou com filiados) após a posse de Lula no Planalto? Isso seria uma das possíveis formas de notarmos como o PT alterou seu comportamento, seguindo a lógica destacada por Miguel e Machado (2010).

Um rápido olhar sobre as alianças entre essas duas legendas já é capaz de apontar a dimensão do fenômeno estudado. Nas eleições de 2000, o PMDB esteve coligado com o PT em 704 municípios – o que representava 26% das participações municipais do PT e 14% do PMDB. Já na eleição de 2012, observa-se que o PMDB esteve com o PT em 2.028 municípios, ou 40% das presenças do PT em cidades e 38% do PMDB, com um destaque: de acordo com Dantas (2013) esta foi a aliança que mais ocorreu no país entre duas legendas para a disputa de prefeituras em 2012, volume 188% maior que o verificado em 2000. Ainda em caráter mais regional, Braga e Pimentel (2013) afirmam que para o ano de 2012, PT e PMDB apresentavam as maiores penetrações territoriais, constituindo-se ambos como os partidos com maior grau de nacionalização e institucionalização.

Assim, ao mesmo tempo em que o crescimento das coligações do PMDB com PT foi significativa, a “capilaridade” desses partidos nos municípios também cresceu. Com base nos dados do TSE, desde 2000, os dois partidos estiveram cada vez mais presentes em eleições municipais (Dantas, 2013). E chegaram a 2012 como os dois grupos mais presentes nas cidades. Importante notar, nesse caso, que no período de doze anos e quatro pleitos o PT eleva sua presença em 86,4% e o PMDB em 6,6%. Pudera: o primeiro estava presente em cerca de metade das cidades em 2000, e depois que conquistou a presidência chegou ao seu terceiro pleito municipal como detentor do poder federal em 91% das cidades. Já o PMDB vinha de décadas de atuação, domínio do país em parte da década de 80 e importância em governos federais desde meados dos anos 90, sendo que em 2000 sua presença já estava garantida em 90% das cidades (idem). Este dado é essencial para os argumentos desse trabalho: essa ascensão do PT se deu sob um novo olhar sobre a política? Tal olhar seria marcado por um comportamento diferente no que se pode chamar de “cidades novas”, em que o partido passa a estar presente em eleições a partir de 2004, quando já chegou ao poder federal. Ali seu padrão de alianças com o PMDB é diferente daquele volume verificado em cidades onde já estava em 2000?

A estas questões se somam outras a respeito das coligações desses partidos: foi o aumento da capilaridade nos municípios a responsável por uma maior coligação do PMDB com o PT? Foi o acesso do PT ao governo federal que levou a um aumento no número de coligações com o PMDB? Foi o fato de o PMDB ter aderido ao governo Lula que facilitou a pulverização de tais acordos? Diante de tantas questões levantadas, neste trabalho, não serão discutidas características da ordem ideológica ou de personalidades de integrantes partidários

como causa de uma possível lógica de partido governista³. Diante de tantas questões o método empregado busca um modelo econométrico que seja capaz de representar o impacto de determinadas variáveis (descritas mais adiante) na formação das coligações aqui apresentadas entre PT e PMDB.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo tentar contribuir com a compreensão da lógica que promoveu os alinhamentos entre as duas legendas selecionadas desde 2000. Se há mesmo um uso aleatório, ou se há algo capaz de justificar os fenômenos. Complementando a característica do cenário político brasileiro, o estudo de Braga (2003) tentou mostrar que em cidades maiores em termos de eleitorado existe um controle mais ostensivo dos partidos sobre seus acordos. Sabe-se ainda que em Dantas (2007), cada estado apresenta questões de ordem regional para a definição da estratégia eleitoral dos partidos políticos em disputas municipais.

3. Metodologia

Para alcançarmos os objetivos desse trabalho, foi estimado e analisado um modelo logit com dados em painéis, que é a estrutura obtida quando se observa um indivíduo (nesse caso, cada cidade) por alguns períodos de tempo, para se compreender a natureza das coligações majoritárias municipais envolvendo as duas legendas selecionadas.

A seguir, serão descritos teoricamente os modelos, suas diferenças e as interpretações que devem ser dadas às suas estimativas. Depois, serão descritos os dados utilizados e as variáveis construídas para a estimação, e discutir-se-ão os resultados.

3.1 Um pouco de teoria sobre modelos de dados em painéis

O caso em análise requer uma metodologia específica: a estimação de um modelo logit para dados em painéis. Tem-se um painel quando observa-se os mesmos indivíduos ao longo de alguns períodos de tempo; no caso desse artigo, as mesmas cidades observadas ao longo das quatro eleições municipais (2000 a 2012) para as quais o Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza os dados.

Na classe de modelos que se tem interesse, observa-se apenas o resultado de interesse como uma variável binária, y_{it} : ou aconteceu a coligação de interesse na i -ésima cidade no t -ésimo ano de eleição, ou não. Porém, trabalha-se com uma variável não-observável y_{it}^* , interpretada como a propensão dessa cidade, naquele pleito, de PT e PMDB concorrerem lado a lado na eleição. O interesse aqui está em estimar os parâmetros β do seguinte modelo:

$$P(y = 1|\mathbf{x}) = P(y^* > 0|\mathbf{x}) = \Lambda(\mathbf{x}\beta)$$

Onde P é uma probabilidade, Λ é a função logística⁴, \mathbf{x} são as variáveis explicativas e β é o vetor de parâmetros associados a \mathbf{x} sobre os quais se tem interesse, podendo ou não incluir um intercepto.

Em relação à interpretação dos parâmetros, podemos abordar de duas maneiras. A primeira é calcular os impactos de variações contínuas em uma variável x_j , contida no vetor \mathbf{x} (associada ao parâmetro β_j) do vetor leva a uma variação de e^{β_j} na chance de a i -ésima cidade, na t -ésima eleição, apresentar uma coligação PT-PMDB ao se variar a variável x_j em

³Dantas (2007) diz não parecer possível afirmar a existência de uma lógica que contemple o posicionamento das legendas em eleições municipais, mas busca entender o fenômeno com base em questões ideológicas e governamentais com olhar sobre o plano federal. Além disso, Machado (2007) afirma que nas eleições locais, a tese do uso aleatório de legendas para a disputa de eleições se fortalece.

⁴A função logística está definida como: $\Lambda(z) = \frac{e^z}{1+e^z}$, onde e é a base do logaritmo neperiano. Define-se também $\lambda(z) = \frac{d\Lambda(z)}{dz}$.

uma unidade. A seguir serão descritas as variáveis que estão no vetor x , que explicarão as variações na propensão de a cidade apresentar uma coligação entre PT e PMDB; depois serão apresentados e discutidos os resultados das estimações.

3.2 Descrição dos dados e variáveis utilizadas

Para a análise, foram utilizados dados provenientes do Tribunal Superior Eleitoral, contemplando todo o período disponível para as eleições municipais, que se estende dos quatro pleitos mais recentes, de 2000 a 2012. Restringe-se a amostra para as cidades que apresentam dados para as quatro eleições, totalizando 5394 observações. Conforme discutido na Seção 2, a variável sobre a qual se deseja gerar conhecimento é a coligação do PMDB com o PT no âmbito municipal, na i -ésima cidade, no t -ésimo ano.

A variável de coligação que se observa:

$$PMDB_PT_{it} = \begin{cases} 1, & \text{caso PMDB e PT estejam coligados} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

A partir de agora, descreveremos as variáveis explicativas do modelo. Primeiramente, iniciemos com o tamanho da cidade em relação à unidade federativa na qual ela está inserida. É de se esperar que o número bruto de habitantes na cidade pouco influencie nas decisões dos partidos de formar tais alianças. Porém, o tamanho relativo daquela cidade vis-à-vis o estado é de suma relevância. Citemos o exemplo de Curitiba, que tinha 1.110.189 de eleitores no ano 2000. Não deve ser o tamanho do colégio eleitoral naquele ano que influencie os partidos, mas sim o fato de que a capital concentra 17,06% de eleitores de todo o estado do Paraná (esse aspecto é corroborado por Dantas, 2007).

Para explicar as coligações, também foram utilizados como controles os percentuais de vereadores e de deputados estaduais e federais eleitos por cada partido. Busca-se aqui capturar a força de cada legenda na cidade, seja essa oriunda da própria cidade ou da conjuntura política na qual ela está inserida, contemplando assim o cenário no âmbito estadual.

Para capturar o fator capilaridade discutido na Seção anterior, foi criada a seguinte variável⁵:

$$PTNaCidade_{it} = \begin{cases} 1, & \text{caso a cidade já tivesse um indivíduo filiado ao PT} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Outro controle utilizado foi o governo do Estado ser ou não de um dos partidos:

$$PTgov_{it} = \begin{cases} 1, & \text{caso o governador do estado em que está a cidade seja do PT} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

$$PMDBgov_{it} = \begin{cases} 1, & \text{caso o governador do estado em que está a cidade seja do PMDB} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$$

Resta ainda capturar alguns efeitos temporais. Para tanto, serão utilizadas também variáveis dicotômicas. A estimação levou em conta 3 dessas: uma para 2004, uma para 2008 e, logicamente, uma para 2012. Para a dummy de 2004, espera-se capturar o efeito de Lula ter alcançado a presidência em 2003; se estatisticamente significativa e positiva, essa *dummy* mostrará que a chegada de Lula facilitou PT e PMDB se coligarem em nível municipal. Para a variável de 2008 o intuito é verificar como a lógica de perenidade no plano federal contribui

⁵Pode-se discutir aqui a capacidade de isso refletir o fato que, para concorrer às eleições, não basta o partido ter apenas um filiado na cidade. Além disso, as datas de filiação e de abertura do diretório municipal podem também ser distintas. Esses dados foram então utilizados, uma vez que a solução ideal não está disponível, que seriam os dados referentes às datas de fundação dos diretórios municipais.

para a manutenção ou alargamento da parceria entre PT e PMDB. A *dummy* de 2012 também busca avaliar essa lógica de manutenção de acordo no plano federal e capturaria o efeito de os partidos terem se coligado formalmente na eleição de Dilma Rousseff (que dividiu a chapa com Michel Temer do PMDB).

As variáveis derivadas nessa Subseção capturam o panorama da situação política nos três âmbitos: municipal, estadual e federal. Conforme Dantas (2007), essas devem ser as variáveis relevantes⁶ para se explicar as variações nas chances de uma cidade ter uma coligação entre PT e PMDB em um certo ano. A próxima Subseção descreve, com base no arcabouço teórico detalhado anteriormente, as equações que foram estimadas e detalha também os resultados e interpretações das estimações realizadas.

3.3 Resultados e Discussão

Tendo em base toda a discussão anterior acerca do modelo e das variáveis explicativas, resta estimar o seguinte modelo:

$$\frac{\Lambda(\mathbf{x}\boldsymbol{\beta})}{1 - \Lambda(\mathbf{x}\boldsymbol{\beta})} = \beta_1 + \beta_2 \text{Tamanho}_{it} + \beta_3 \text{VereadoresPMDB}_{it} + \beta_4 \text{DepEstPMDB}_{it} \\ + \beta_5 \text{DepFedPMDB}_{it} + \beta_6 \text{VereadoresPT}_{it} + \beta_7 \text{DepEstPT}_{it} \\ + \beta_8 \text{DepFedPT}_{it} + \beta_9 \text{Dummy2004}_{it} + \beta_{10} \text{Dummy2008}_{it} \\ + \beta_{11} \text{Dummy2012}_{it}$$

Onde, para a *i*-ésima cidade na *t*-ésima eleição, *Tamanho* é o tamanho do colégio eleitoral da cidade com relação ao estado ao qual ela pertence (em percentual de eleitores da unidade federativa); *VereadoresPT* e *VereadoresPMDB* são os percentuais de vereadores do PT e do PMDB na câmara municipal, respectivamente; *DepEstPT* e *DepEstPMDB* são os percentuais de deputados estaduais do PT e do PMDB nas Assembléias Legislativas em cada estado; *DepFedPT* e *DepFedPMDB* são os percentuais de deputados federais do PT e do PMDB na Câmara de Deputados em cada estado; e, finalmente, *Dummy2004*, *Dummy2008* e *Dummy2012* são as variáveis dicotômicas que capturam um efeito temporal, conforme discutido na Seção 3.2. $\Lambda(\mathbf{x}\boldsymbol{\beta})$ é a função logística.

A estimação dessa equação por efeitos fixos⁷ levou aos resultados sumarizados na Tabela 1. Além das estimativas dos coeficientes, foram fornecidos também as estimativas para o desvio-padrão dos estimadores (entre parênteses) e os valores-p associados.

⁶Há ciência de que pode existir um efeito causal de variáveis sócio-econômicas que não estão incluídas aqui na variável resposta. Surgem, porém, dificuldades que inviabilizam a inclusão dessas informações. Por exemplo: os dados que existem acerca de saúde, educação, renda etc. no nível municipal não têm valores disponíveis para todos os anos aqui analisados porque são calculadas, principalmente, com base no Censo realizado de dez em dez anos pelo IBGE. Ainda que se trabalhasse sobre a suposição de que pouco mudou no período que compreende as duas realizações (2000 e 2010), há bem menos variabilidade na amostra, prejudicando os resultados.

⁷ As equações também foram estimadas com o estimador de efeitos aleatórios, porém o teste de Hausman-Wu indicou que os estimador que deve ser utilizado é o de efeitos fixos.

Tabela 1 - Resultados da estimação do modelo logit

Variável	Coefficiente Estimado	Valor-p
Peso da cidade em relação à UF	-0,0244628 (0,2443497)	92,0%
Força do PMDB na Câmara de Vereadores	-0,0085923 (0,0035287)	1,5%
Força do PMDB na Câmara Estadual	-0,0222335 (0,0056871)	<0,01%
Força do PMDB na Câmara Federal	-0,0122491 (0,0042188)	0,4%
Força do PT na Câmara de Vereadores	-0,0048078 (0,0062375)	44,1%
Força do PT na Câmara Estadual	-0,0082623 (0,0091018)	36,4%
Força do PT na Câmara Federal	-0,0021095 (0,0067734)	75,5%
PMDB no Governo Estadual	0,0326971 (0,0703363)	64,2%
PT no Governo Estadual	-0,1585496 (0,0959126)	9,8%
Dummy 2004	0,9646886 (0,0873235)	<0,01%
Dummy 2008	0,2603599 (0,0641571)	<0,01%
Dummy 2012	0,2097791 (0,0613003)	<0,01%
Percentual de acertos: 79,56%		R ² de McFadden: 8,35%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração própria.

Não há uma única medida de ajuste para modelos logit, e também não há um consenso sobre qual é a melhor. Portanto, apresentamos o percentual de acertos de previsões e o R² de McFadden. O modelo prediz corretamente 79,56% das coligações entre PT e PMDB. Por outro lado, o R² de McFadden é de 8,35%. Segundo McFadden (1977), um valor entre 20% e 40% indica um excelente ajuste do modelo aos dados, o valor de 8,35% está longe desse padrão, mas o modelo parece ajustar-se bem pelo percentual de acertos.

Com relação aos sinais dos coeficientes, desperta curiosidade a insignificância do parâmetro associado ao tamanho da cidade em relação ao estado. Era de se esperar que, se houvesse significância estatística, essa variável influenciasse negativamente a probabilidade de os dois partidos se coligarem, dado que pudesse ser vantajoso para o partido ter uma cidade

grande sob seu governo⁸. Como há de se notar, porém, esse coeficiente não é estatisticamente significativo a nenhum nível de confiança usual, sinalizando que, na verdade, o peso da cidade em relação ao estado não exerce nenhuma relação causal na probabilidade de se ter uma coligação entre os partidos.

O coeficiente positivo e estatisticamente significativo associado ao presidente do país ser do PT (dummy para o ano de 2004). Além do mais, esse efeito é muito maior que o dos outros anos, estando o PT ainda sob o comando do Executivo nacional. Isso significa que, dentro do âmbito municipal, há também uma tendência de aglomeração nas candidaturas devido ao partido deter o cargo máximo do executivo nacional— o que reforçaria, por exemplo, a ideia de a União atrair por distribuir e deter muitos recursos orçamentários. O coeficiente indica que o fato de o PT ter sido eleito em 2002 faz com que nas cidades haja 2,624 vezes mais chance de se observar uma coligação entre PT e PMDB em 2004, mantendo tudo o mais constante.

Ainda, nas eleições municipais de 2012, o fato de PT e PMDB terem se aliado no plano federal em 2010 aumenta também a chance de os partidos se coligarem em nível municipal. O fato de o coeficiente ser positivo e estatisticamente significativo vai de encontro com o observado por Miguel e Machado (2010), cuja hipótese é que, ao chegar no plano federal, o PT aceita trabalhar junto com o PMDB também em nível municipal. O impacto estimado disso, *ceteris paribus*, é que em 2012 as chances de haver coligação entre os partidos, dado que foram aliados na disputa presidencial de 2010, é 1,2665 maior do que seria caso isso não tivesse ocorrido.

Com relação à aglomeração dos dois partidos devido às forças das legendas nas câmaras de vereadores e de deputados estaduais e federais nos respectivos estados, pelos sinais e significância das variáveis, conclui-se que no âmbito municipal os partidos tendem a lançar candidaturas juntos caso um deles tenha mais força no parlamento local. Com relação à influência da conjuntura política no âmbito estadual, o resultado é dúbio: caso o PT fique mais forte, há menos chances de ambos se aliarem; caso o PMDB aumente sua força, a tendência é de maior aglomeração. No que tange à influência da força dos partidos medida pelos deputados federais, o aumento de força do PMDB distancia os partidos na esfera municipal.

3.4 O PT mudou ao longo do tempo?

Apesar de bastante interessante e bastante elucidativa para a discussão, a primeira regressão não é capaz de explicar o efeito de o PT ter mudado ao longo do tempo, que é a hipótese principal desse artigo. Para analisar a existência desse efeito, é necessário que a amostra seja dividida em duas partes. A partir desse exercício será possível estimar uma regressão nos moldes da Subseção anterior para cada uma delas, comparando os resultados.

Assim, o termo de separação da amostra está associado ao seguinte fenômeno: a) quando a primeira filiação ao PT na cidade, de acordo com os registros do Tribunal Superior Eleitoral, ocorre depois de 2003, capturando o efeito de um PT mais pragmático, por hipótese e; b) antes desse ano de 2003, hipoteticamente um “antigo PT” que existia na cidade antes de a legenda vencer as eleições de 2002 com Luís Inácio Lula da Silva e chegar ao poder. As diferenças entre ambas as regressões seriam capazes de capturar a mudança de comportamento.

⁸Dantas (2007) já sugeria que o peso do eleitorado, ou da população, não influenciava de forma significativa no estabelecimento de coligações. Mas o senso comum entende que exemplos isolados de interferências dos órgãos nacionais nas realidades locais seriam capazes de interferir no conjunto. Partidos mais aguerridos no discurso de controlar suas alianças municipais, como o PT (Dantas, 2007), findaram, em 2012, descentralizando tais medidas para os diretórios estaduais. Ainda assim, parece que a população, isoladamente, não responde pela aliança entre tais legendas.

Os resultados na Tabela 2 mostram que as cidades com o PT “antigo” exibem um comportamento de coligação que sugere afastamento entre os dois partidos caso o PMDB seja mais forte (tanto no Legislativo estadual como na Câmara de Vereadores) e também afastando os dois partidos caso o PMDB estivesse à frente do Governo Estadual. Com relação ao impacto da força política do PT, há dois resultados opostos: enquanto um aumento na força desse partido na Câmara Estadual aproxima os dois partidos em cada município, um aumento na sua força na Câmara Federal os afasta. Nesse caso, não parece possível explicar com clareza o resultado encontrado.

A regressão condicionada às cidades com o PT “novo” não apontam a existência de um padrão claro de coligações entre os partidos: ao nível de 5% de significância, nenhuma variável é estatisticamente significativa. Isso parece reforçar os argumentos de Miguel e Machado (2010). Nesse caso, o PT teria se transformado, efetivamente, num partido mais flexível para as suas alianças.

A manutenção do PT na presidência em 2006 impacta positivamente a chance de PT e PMDB se coligarem a nível municipal ao menos nas cidades com o PT “antigo”, conforme o sinal positivo estatisticamente significativo associado à *dummy* de 2008. Para o ano de 2012, não se verifica impacto. O PT “novo”, por sua vez, não apresenta nenhum coeficiente significativo associado aos efeitos temporais.

A terceira coluna da Tabela 2 dá as diferenças dos coeficientes estimados e o erro-padrão de cada uma. Caso essas diferenças sejam estatisticamente significantes, isso significa que há evidências de um parâmetro associado à variável em questão serem diferentes entre as equações. Em outras palavras, isso significa que há diferenças entre o padrão de coligação nas cidades com o PT “novo” e o PT “antigo”. Como há evidências para se rejeitar que a força do PMDB na Câmara Estadual e do PT na Câmara Federal impactam a chance de os partidos se coligarem no nível municipal igualmente, então parece possível concluir que PT e PMDB coligam-se diferentemente devido ao efeito de capilarização do PT. A 5% de significância, o efeito da força dos partidos sobre as coligações municipais aumenta nas cidades onde o PT é “novo”. Isso sugere fortemente que o PT nascido nas cidades após a chegada da legenda ao poder tem um padrão de comportamento diferente daquele verificado em outrora. Assim, não se trata apenas de dizer que o PT se tornou mais maleável em suas alianças como sugerem Miguel e Machado (2010), o que parece verdadeiro, mas que o PT fundado a partir de 2003 não é o mesmo PT fundado antes no aspecto de coligações municipais, o que pode contribuir para sofisticar o cenário apreendido pelos autores.

Em suma, as diferenças aqui comentadas entre as duas regressões mostram evidências concretas, na terceira coluna, de que o PT passou por dois momentos distintos: um em que até 2003 se mantinha fiel a uma dada postura que sugere força de sua ideologia, e gradativamente convergiu para a figura de um partido de governo, coligando-se mais ao PMDB; outro em que, após sua fundação na cidade, com Lula já no poder, mostrou-se fundamentalmente pragmático em suas alianças eleitorais, simbolizadas aqui pelos acordos com um PMDB já bastante presente nos municípios desde a década de 90.

Tabela 2 - Comparação das regressões entre PT antigo e PT novo.

Variável	PT "antigo"	Valor-p	PT "novo"	Valor-p	Diferença	Valor-p
Peso da cidade em relação à UF	0,0699903 (0,283214)	80,5%	-3,674916 (4,864783)	45,0%	-3,744842 (4,873004)	44,2%
Força do PMDB na Câmara de Vereadores	-0,0111996 (0,0045045)	1,3%	-0,0211765 (0,0126278)	9,4%	-0,0099769 (0,0134071)	45,7%
Força do PMDB na Câmara Estadual	-0,0233572 (0,0076622)	0,2%	0,0485048 (0,0298419)	10,4%	0,071862 (0,0308099)	2,0%
Força do PMDB na Câmara Federal	-0,0001437 (0,0053437)	97,9%	-0,0132863 (0,0146921)	36,6%	-0,0131426 (0,0156337)	40,1%
Força do PT na Câmara de Vereadores	-0,0020861 (0,0075412)	78,2%	-0,0425987 (0,0250448)	8,9%	-0,0405125 (0,0261555)	12,1%
Força do PT na Câmara Estadual	0,0263198 (0,0127084)	3,8%	-0,0692186 (0,0478247)	14,8%	-0,0955383 (0,0494844)	5,4%
Força do PT na Câmara Federal	-0,0190498 (0,0089017)	3,2%	0,069696 (0,0408607)	8,8%	0,0887458 (0,0418191)	3,4%
PMDB no Governo Estadual	-0,2357882 (0,1022544)	2,1%	-0,2694229 (0,4827201)	57,7%	-0,0336348 (0,4934315)	94,6%
PT no Governo Estadual	0,0139428 (0,1208967)	90,8%	-0,4507376 (0,4509295)	31,8%	-0,4646802 (0,4668548)	32,0%
Dummy 2008	0,281698 (0,0741334)	<0,01%	0,0474623 (0,2654172)	85,8%	-0,2342357 (0,2755759)	39,5%
Dummy 2012	0,1215084 (0,0749822)	10,5%	0,3596519 (0,2568542)	16,1%	0,2381433 (0,2675751)	37,3%
R ² de McFadden	8,78%		17,65%			
% de previsões corretas	81,32%		75,27%			
Tamanho amostral	3543 cidades		431 cidades			

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração própria.

□

5. Conclusões

Os dois principais intuitos desse trabalho estavam associados à percepção da influência de variáveis capazes de explicar as alianças municipais entre PT e PMDB para a disputa de prefeituras entre 2000 e 2012, e verificar a hipótese de que existem dois momentos distintos no comportamento do PT nesse período. O primeiro fenômeno é recorrente e crescente nas realidades eleitorais brasileiras, as coligações têm apresentado padrões que desafiam parâmetros ideológicos no sistema partidário brasileiro como um todo. Fruto de trabalhos em diferentes esferas de poder – municipal, estadual e federal – chama a atenção que pesquisadores, utilizando distintos métodos, têm mostrado efetivamente, sobretudo nas cidades, que os partidos se misturam das mais diferentes formas.

No caso aqui apresentado tomou-se por base um desses estudos. O trabalho de Miguel e Machado (2010) sugeria que o PT havia modificado sua forma de agir, nas alianças, depois que chegou ao poder federal em 2002. Visto em muitas análises como um grande partido ideológico, alocado na esquerda, teria se transformado em “partido de governo”, replicando práticas mais flexíveis em seus acordos para a disputa de prefeituras, por exemplo.

O fenômeno notado pelos autores foi reforçado aqui pela utilização de modelo econométrico descrito e aplicado. Mas para além disso, surgiu a seguinte dúvida: o PT tornou-se mais flexível em suas alianças com o PMDB por uma mudança uniforme de pensamento dentro da legenda? Ou o PT foi tomado por um conjunto de novos filiados que entraram no partido após a chegada da legenda ao poder federal – algo que em 1996 sugere-se que ocorreu com o PSDB (Dantas, 2013) – e mudou seu direcionamento de acordos eleitorais? A segunda rodada de estimativas desse trabalho sugere que ambos os fenômenos ocorreram. O que se pode chamar de “o novo PT” nasceu pragmático nas cidades e aliou-se ao PMDB desde o primeiro instante – eleições municipais de 2004. O fenômeno se adensou até 2012, mas sobretudo em virtude uma flexibilização gradual no que poderia chamar de “o velho PT”.

Assim, as hipóteses centrais e perguntas que permearam esse trabalho foram em parte respondidas pela aplicação dos modelos desenhados. Resta saber, a partir do pleito de 2016, se o distanciamento nitidamente verificado entre as duas legendas no primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff terá algum impacto sobre o padrão dos acordos celebrados entre esses dois partidos.

6. Referências

BRAGA, M. S. S. **O processo partidário eleitoral brasileiro: padrões de competição política** (1982-2002). São Paulo, Tese de doutorado apresentada ao DCP-USP, 2003

BRAGA, M.S.S.; PIMENTEL, JAIRO. **Estrutura e organização partidária 13 municipal nas eleições de 2012**. In. Cadernos Adenauer, ano XIV, número 02, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2013.

COUTO, C., ABRUCIO, F e TEIXEIRA M.A. **De protagonista a parceiro da governabilidade: o papel ambíguo e indispensável do PMDB no sistema político brasileiro**. In. DANTAS, H., TOLEDO, J.R. e TEIXEIRA, M.A. (orgs.) **Análise Política e Jornalismo de Dados – Ensaio a partir do Basômetro**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

DANTAS, Humberto **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DANTAS, Humberto. **O horário eleitoral gratuito na televisão e o padrão das coligações em eleições majoritárias municipais**. 2012. Leviathan, Cadernos de Pesquisa Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DANTAS, Humberto **Vitórias e derrotas – as eleições municipais no Brasil**. Brasil em Foco, novembro 2012. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer. 2012b.

DANTAS, Humberto. **Eleições municipais 2012 e o padrão de coligação entre os partidos para a disputa de prefeituras**. In. Cadernos Adenauer, ano XIV, número 02, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2013.

FLEISCHER, D. **As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)**. Opinião Pública, v 8, n 1, Campinas, 2002.

HOSMER, David W., Lemeshow, Stanley. **Goodness-of-fit tests for the multiple logistic regression model**. Communications in Statistics-Theory and Methods, v. 9, n. 10, p. 1043-1069, 1980.

KINZO, M. D. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979**. São Paulo: Vértice, 1998.

MACIEL, N. **O PMDB e a democracia brasileira: ator principal ou coadjuvante?** Estudo apresentado no IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Distrito Federal, 2014.

MACHADO, C. **Identidades diluídas: coligações para prefeito no Brasil. (2000 e 2004)**. Brasília: UnB, 2007. Dissertação, Mestrado em Ciência Política

MCFADDEN, Daniel. **Quantitative Methods for Analyzing Travel Behaviour of Individuals: Some Recent Developments**. Cowles Foundation Discussion Papers n. 74, 1977.

MIGUEL, L.F. e MACHADO, C. **De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008)**. In. KRAUSE, S. DANTAS, H. e MIGUEL, L.F. Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer e Editora UNESP, 2010.

NICOLAU, Jairo. **Disciplina partidária e base parlamentar na Câmara dos Deputados no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)**. 2000, vol.43, n.4

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data**. 2ª edição. Cambridge: The MIT Press, 2010. 1096 p.